

Violência escondida e legal: O processo de aquisição de terras em Helvécia-Bahia para a
implantação da eucaliptocultura (1980-2005)

LILIANE MARIA FERNANDES CORDEIRO GOMES¹

Em meados da década de 1970 o extremo sul da Bahia festejou a chegada da eucaliptocultura a partir de uma polifonia de vozes que exaltavam as benesses, apresentadas como certas e associadas à vinda de empresas de “reflorestamento” para a região.

Reportagens publicadas em jornais de circulação regional ressaltavam o tom persuasivo de argumentos utilizados por autoridades responsáveis pelo empreendimento. Esse discurso buscava seduzir a população mostrando como realidade, associada à eucaliptocultura, a geração de empregos e a melhoria de qualidade de vida das pessoas.

[...] essa empresa oferecerá 15 mil empregos diretos no Extremo Sul e 60 mil indiretos.” “[...] havendo dificuldade de pessoal especializado ou não. Quem trabalhar na Flonibra terá casa, escola para os filhos, assistência médica, entre outros benefícios, mas mesmo assim não há população nessas áreas para ocupar todas as vagas. (Jornal A tarde, Produção de celulose vai ter um bilhão de dólares, 26 de fevereiro de 1976)

No que diz respeito a atuação do governo federal, no processo de incentivo às companhias que investissem em plantações de eucalipto, destaca-se a implantação do II Plano Nacional de Desenvolvimento - II PND, 1974, fortalecendo as denominadas políticas florestais em consonância com o I Programa Nacional de Papel e Celulose voltado para áreas dos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia e Pará.

Helvécia, distrito de Nova Viçosa, integra o extremo sul da Bahia e experienciou a chegada da eucaliptocultura na década de 1970 e seu incremento a partir da década seguinte. À época de sua implantação houve por parte de integrantes da comunidade a esperança de que estaria se iniciando um tempo de progresso e conquistas socioeconômicas. Muitos acreditaram, em razão de suas necessidades, das propagandas midiáticas e dos discursos dos políticos locais e

¹ Professora assistente da Universidade do Estado da Bahia DEDC/X, mestra em História Regional e Local.

atores sociais que dispunham de credibilidade junto ao segmento mais afetado pelo empreendimento, isto é, os pequenos camponeses, que as empresas responsáveis pelo plantio do eucalipto iriam gerar empregos e fazer uso da mão de obra da localidade dando oportunidades de colocação no mercado de trabalho e ascensão social.

Destaca-se aqui o fato de Helvécia no ano de 2005 ter sido reconhecida pela Fundação Cultural Palmares, como área remanescente quilombola o que implica dizer, entre outras coisas, que o modo de organização econômica desta comunidade, associado às dimensões socioculturais está imbricado à lida/propriedade/posse das terras.

Por outro lado, a terra era de fundamental importância para que os projetos da eucaliptocultura se desenvolvessem. Para as empresas silvicultoras era necessário que grandes extensões de terras contíguas fossem transformadas em áreas exclusivas para o plantio de eucalipto.

Desta forma o objetivo deste artigo, que consiste um recorte da dissertação produzida por mim intitulada HELVÉCIA – homens, mulheres e eucaliptos (1980-2005), é discutir acerca do processo de aquisição de terras em Helvécia para o plantio de eucalipto revelando diferentes formas de violência que pontuaram o mesmo e marcaram definitivamente a vida das pessoas que entendem ser ali o seu lugar.

A pesquisa indica a necessidade de uma análise de outros elementos que compuseram o cenário daquelas transações comerciais, para que se possa entender o significado das vendas de glebas pelos integrantes da comunidade de Helvécia às empresas de eucalipto ou seus intermediários, há evidências de que esse processo em nada se parece com uma simples operação de compra e venda alicerçada na real autonomia dos indivíduos que atuaram nos anos finais da década de 1980. Pontua também algumas das estratégias utilizadas por estes indivíduos que foram obrigados a se (re)inventarem e a se (re)organizarem, para viver com o eucalipto.

Nessa pesquisa, fez-se uso, entre outras, de fontes orais, por compreendê-las como de vital importância no processo de conhecimento das experiências vivenciadas em uma comunidade em que o uso da oralidade é relevante como maneira de expressão. Pressupõe-se que a partir das falas e silêncios, lembranças e esquecimentos dar-se-á dizibilidade e visibilidade àquilo

que os entrevistados compuseram como significativo para sua história e do seu lugar, podendo traduzir ou indicar tensões nas relações cotidianas dessa comunidade com os diversos segmentos responsáveis pelo desenvolvimento da eucaliptocultura.

Além das fontes orais, ou melhor, dos diálogos que tive com pessoas de Helvécia, para a realização desta pesquisa foi feito o uso de documentos existentes no Acervo do jornal *A Tarde*. Recorri também à Fundação Cultural Palmares e às empresas Aracruz Celulose e Bahia Sul Suzano Celulose. Em relação às empresas, as respostas tanto aos e-mails quanto aos telefonemas foram sempre no sentido de dizer, que nada tinham a dizer a respeito do processo de compras de terra em Helvécia, e que todas as informações sobre a atuação das empresas estavam disponíveis nos sites das mesmas. Este silêncio diz (POLLAK, 1992).

Terra: para muito além da mercadoria...

No que tange a necessidade de terras contíguas para o desenvolvimento da eucaliptocultura em Helvécia, o governo já havia sinalizado claramente, desde os primórdios deste cultivo no Brasil, qual seria sua postura, através do I Plano Nacional de Papel e Celulose (PNPC) aonde se explicita inclusive, caso necessário fosse, a desapropriação. Este não foi o caso em Helvécia, uma vez que não haja registro de desapropriação de terra. Entretanto, outros mecanismos foram utilizados para aligeirar o processo de venda das glebas de maneira a garantir às empresas grandes áreas de terras contínuas.

Ora, se levarmos em consideração que muitos dos homens e mulheres de Helvécia tinham sobre seu domínio pequenas e médias áreas, isso significa dizer que, para que se desse, por parte das empresas de eucalipto, a obtenção de terras contínuas, foi necessário que o processo de venda fosse realizado não por um, ou outro camponês, mas sim pela sua coletividade. Assim, os mecanismos utilizados para convencer diferentes indivíduos constituíam um repertório variado, que oscilava desde propostas aparentemente generosas, para aqueles poucos camponeses que possuíam as escrituras das terras, até a divulgação incisiva dos códigos legais do Brasil que associam a garantia da propriedade das terras à aquisição de titulação.

A venda de terra em Helvécia foi feita para fazendeiros vindos de outros lugares e também para representantes diretos das empresas responsáveis pelo agronegócio do eucalipto. Isto

ocorreu em um tempo em que os moradores de Helvécia experimentavam uma depressão econômica, em razão da desativação, no ano de 1966, da estrada de ferro Bahia Minas,

É, dessa época depois que foi extinta a estrada de ferro Bahia e Minas aqui houve uma queda muito grande, o comércio fracassou muito, tornou difícil o transporte para as mercadorias. Aí foi que apareceu a BR 101, essa BR 101 tirou a vida daqui e aqui foi pela sorte, foi meio cruel aqui, mudou completo a vida daqui, o movimento comercial daqui caiu muito mesmo, foi parando, parando... (Entrevista concedida à autora pelo sr. Manoel Peixoto em 14 ago. 2007)

A desativação dessa via férrea, bem como a construção da BR 101, significou uma alteração no eixo econômico da região e, para Helvécia, implicou na desvalorização de suas terras no mercado. “A terra aqui em Helvécia em 70 e 80 não valia nada” nos diz o Sr Manoel Peixoto, comerciante e proprietário de terra. Além disso, muitas dessas terras não eram tituladas.

A respeito dessa falta de escrituras das terras, já em 1976, o presidente da Flonibra, empresa de eucalipto, ao falar das dificuldades para a implantação do projeto, na região do extremo sul da Bahia, fez referência à existência de um problema no processo de compra de terras. Segundo Pragana, esta situação decorria da constante não legalização das terras por parte de quem queria vender. Com o intuito de resolver esta dificuldade, qual seja, o de possibilitar àqueles que tinham glebas de terra não registradas a condição de vendê-las, a Flonibra se dispusera a assumir o ônus da titulação e pagar o mesmo preço, tanto ao proprietário legalizado quanto ao posseiro. Possivelmente, tal oferta foi utilizada como argumento para fazer com que os proprietários de áreas consideradas não legalizadas fossem convencidos a negociar suas glebas com a Flonibra, empresa capaz de assumir os custos deste tipo de transação comercial.

Esta situação, não legalização das terras por parte de camponeses de Helvécia que tinham sua posse, denominada por eles como terra de herdeiros, ainda se fazia presente em Helvécia, na década seguinte, quando da chegada das empresas do ramo da eucaliptocultura Aracruz, atual Fíbria e da Bahia Sul, atual Suzano. Ocorre que eram nessas terras de herdeiros, sem escrituras, que as pessoas de Helvécia organizavam suas vidas, e diferente daquilo que Pragana apresentava como solução para o problema, talvez, vender as terras pudesse, para aqueles camponeses, vir a se constituir, no futuro próximo, um novo problema. Pois naquela comunidade foi possível aferir a partir das memórias dos entrevistados que a terra cumpria outros papéis que não somente aqueles associados à função econômica.

Antes era comum, todo sábado, haver uma festa, um bate-barriga, um samba de viola. Era muito comum no local: hoje, na comunidade do sr. João, amanhã na de d. Maria. Atualmente, nada disso existe. As pessoas estão morando em pequenas casas, porque tiveram de vender suas terras. (Depoimento da Sra. Roseli Ricardo Constantino, na Comissão de Meio Ambiente Sustentável da Câmara dos Deputados, n.1595/05 de 18/10/2005)

Essa narrativa construída pela senhora Roseli Ricardo Constantino, pedagoga, professora da comunidade e à época integrante da Associação Quilombola de Helvécia corrobora com aquilo que afirma Motta ao dizer que

[...] enquanto construção histórica, a terra se liga às relações de parentesco, vizinhança, profissão e credo. Ela é isso e muito mais. Sua função econômica é uma entre muitas outras. Ela é o local de sua moradia, é a visualização de sua paisagem, é também uma segurança física. (MOTTA, 2009: 265)

Importante notar que enquanto as terras do distrito de Helvécia não ocupavam uma posição estratégica para o agronegócio, a organização das pessoas nas relações com suas glebas se alicerçava no direito pautado no costume. Entretanto, tal configuração foi alterada a partir do momento em que o agronegócio do eucalipto passou a exigir, para a sua implantação naquele distrito, terras, muitas terras.

Tal situação engendrou um aparato de ações desenvolvidas com o intuito de garantir às empresas acesso àquelas terras. Este tipo de atitude se concretizava com a aplicação do modelo de políticas e práticas de organização do território nacional pautadas nos interesses e necessidades da grande produção, no sentido de atender aos anseios do mercado externo. Contudo, ao que parece, a organização de comunidades e famílias camponesas que anteriormente lavravam a própria terra ou trabalhavam em propriedades alheias no cultivo de pequenas lavouras foi desconsiderada e desta maneira violentada por aquele modelo.

Diferente daquilo que se poderia supor, em razão da já sabida incidência de conflitos violentos na luta pela propriedade da terra no Brasil, Maria Aparecida de Moraes Silva (1999) chama a atenção para o fato de que este processo, também ocorria através daquilo que ela denominou *violência escondida e legal*, em que o Estado, detentor do monopólio da elaboração e promulgação das leis, as fazia em defesa de projetos de modernização que implicavam a expropriação de terras e destruição de parte do campesinato brasileiro.

No instante em que os posseiros do distrito de Helvécia começaram a perceber que as terras estavam se valorizando, em razão do interesse das empresas de eucalipto pelas mesmas, deram-se conta também de que não possuíam os registros das suas terras de herdeiros. Regulamentar tais posses implicava gastos e para isso era necessário ter recursos. Ora, muitos desses posseiros se viram em uma situação na qual, não tendo dinheiro para regulamentar suas posses, sentiam-se ameaçados de perder as terras, pois, na Lei, a terra tinha de ser documentada.

Esta configuração legal não foi feita de forma a deixar ver sua parcialidade. O fato é que tal legislação acabava por atender e legitimar os interesses dominantes, posto que para as empresas e fazendeiros o custo com a regulamentação da propriedade era viável. Ao contrário, as leis davam a entender que eram imparciais e, por isso mesmo, dignas de serem proclamadas legítimas (Thompson 1998). Sua eficácia, no sentido de atender aos interesses dominantes, por vezes residia, paradoxalmente, na sua capacidade de parecer não defendê-los.

Por sua vez, integrantes da comunidade de Helvécia, ao construírem suas memórias acerca do processo de venda das terras, apresentam dados que dizem do processo de compra das terras a partir de mecanismos de pressão. Um deles, a inexistência da posse de escrituras por parte dos camponeses, foi utilizado como instrumento de força por parte daqueles que tinham interesse em adquirir a mercadoria terra.

Comprava terra quase dado, trocava terra por mercadoria, por qualquer tipo de mercadoria, chegava aí, ficava aí para dentro, comprava terra baratíssimo, umas pessoas que tinha dinheiro que pegava a região aqui, comprou muita terra. Então, é como eu falei, aí eles compraram terra barato, chegava em pessoas aí, que as terras aqui eram apenas terras de herdeiros, tudo mais, então naquele tempo dificilmente uma terra aqui tinha escrituras, essas coisas... (Entrevista concedida à autora pelo Sr. Manoel Peixoto em 14 ago. 2007.)

A respeito dessa aquisição de terras a partir do processo de troca por outras mercadorias outra entrevistada relatou o seguinte

[...] então quando as empresas chegaram para cá para Helvécia muitas terras foram trocadas por geladeira, por bicicletas. O meu avô, é um mês atrás eu fui lá no Rio do Sul, o meu avô me mostrou, essa terra toda era do finado Antonio e trocou por uma bicicleta, uma bicicleta ele trocou a terra. Como ele tinha muita, achava

que tinha muita, veio o pessoal da Aracruz e hoje as terras é da Aracruz, [...]Entrevista concedida à autora pela Sra. Regina Constantino em 15 de agosto 2007

É importante salientar que ao tecer as memórias e apresentar para a pesquisadora os entrevistado(a)s fizeram aquilo que Pollak (1992) denomina “um verdadeiro trabalho de organização”, o que implica dizer que as memórias foram tecidas a partir de uma seleção feita naquele momento pelo(a)s entrevistado(a)s.

Nessa organização da memória, tecida por moradores de Helvécia, falar sobre o processo de compra das terras pelas empresas de eucalipto ou seus representantes diretos, ao que parece não indica uma simples negociação, mas sim uma maneira de apropriação das mesmas a partir de recursos os mais variados. A introdução da eucaliptocultura em Helvécia constituiu-se na chegada do estranho (MARTINS, 1991). A partir desta sensação de estranhamento, entre os integrantes da comunidade e aqueles que chegaram, portando novos e diferentes códigos, foram sendo construídas novas relações e novas territorializações.

As empresas de eucalipto, nominadas por moradores de Helvécia como “firma” fizeram uso da pessoa do intermediário no processo de compra da terra, provavelmente no intuito de burlar esse estranhamento à medida que este intermediário, que ia até as pessoas de Helvécia fazer propostas de compra das terras, era alguém da região “[...] inclusive quem é o responsável para comprar a nossa terra até hoje deve a gente, ele queixa que a firma que não pagou e já procuramos, ainda não conseguimos... É dessa região aqui mesmo, [...]” conforme nos informou a Sra. Faustina Zacarias em entrevista concedida em 14 ago. 2007. Silva (1999) ao analisar processos de compras de terra, ressalta que por vezes os donos do poder revestiram-se de máscaras, e trouxeram ao palco, outros personagens, estes, fazendo uso do capital que tinham de serem do lugar, intermediavam o processo da compra das terras, mas quem buscava dirigir o script dessas relações estava longe dali, no caso dessa pesquisa, os proprietários das firmas de eucalipto.

Por outro lado, nestas relações não tivemos o estabelecimento de um esquema simplista e linear, traduzido na ideia de grupos antagônicos, rivais ou estereotipado no binômio: dominados e dominadores. Os habitantes de Helvécia não devem ser pensados como vítimas

da eucaliptocultura, essa visão não daria conta de entendê-los em toda a sua riqueza de ações diante das mudanças que ali se processaram. Na verdade, tais pessoas atuaram/atuem como sujeitos na composição da história daquele lugar, aonde é possível encontrar aquilo que Scott (1982) denomina resistência miúda, expressa, por exemplo, na narrativa do Senhor Manoel de Sena, camponês que, diferente dos seus vizinhos, não vendeu sua gleba de terra, mantendo-a encravada no meio de uma profusão de eucaliptos.

[...] eu trabalhei encostado do viveiro, eu não trouxe uma muda de eucalipto para o meu lugar, eu não vou viver de pau, eu vou viver de alimento[...] Minha mãe eu não vendo, quando ela não dá uma coisa ela dá outra. Vocês gostam de dinheiro eu gosto da minha mãe. Ela não acaba, todo o tempo ela é a mesma. (Entrevista concedida à autora pelo sr. Manoel Norberto Henrique de Sena em 14 out. 2007)

O senhor Manoel de Sena, que à época da entrevista tinha 84 anos, de forma ativa, indicava com seus gestos, performance (Zumthor, 2000) e tom de voz sua força ao dizer que resistira às propostas feitas para que vende-se sua terra, que ele simbolicamente chamava de mãe.

É importante ressaltar aqui o fato de que o poder e a força das camadas populares devem ser entendidos como diversos e contraditórios, ou seja, nas atuações destes grupos houve espaços para negociações, omissões e apatias frente a processos que lhes eram estranhos e que ao se estabelecerem provocaram desajustes, ajustes e novos arranjos, novas relações.

Sendo assim, as ações das camadas populares não devem ser tomadas como uma maneira de mitificar esses grupos, homogeneizando-os e praticando uma espécie de heroicização do povo. O que existe de significativo, neste tipo de ação, é a premissa de que os acontecimentos históricos não são um mero reflexo dos interesses dos dominadores, mas sim o resultado de conflitos que envolvem diferentes anseios, projetos, modelos de vida, e que nem sempre os resultados destes conflitos atendem por inteiro aos interesses dos grupos dominantes.

Por seu lado, a atividade da eucaliptocultura necessitava de grandes extensões de terras contínuas para que pudesse ser realizada. Diante deste impasse uma série de ações protagonizadas por diferentes agentes sociais foi sendo tomada no sentido de garantir a aquisição destas terras pelas empresas de eucalipto. No que tange a ações de apoio de integrantes daquela comunidade no momento da chegada das empresas de eucalipto no

distrito, a pesquisa revelou que elas foram realizadas com base em informações e códigos que eles partilhavam,

[...] pensou que não chegou a firma. Foi comprando a troco de nada, e o pessoal, eles falavam muitas vezes que pudesse vender que ia ser bom, comprando, né? O pessoal, que ia ser bom para as pessoas, que ia ter muito trabalho. No início empregou muita gente, até eu trabalhei na colheita, eu e meu esposo trabalhamos.[...] E aí quando pensou que não, foi trazendo as máquinas foi dispensando o pessoal, e aí? Tem máquina que enquanto mil pessoas faz o serviço de um dia, a máquina faz sozinha, com um homem só manobrando ela. E foi desempregando todo mundo [...](Entrevista concedida à autora pela Sra Faustina Z. C em 14 ago 2007)

É possível perceber que nas relações estabelecidas esteve presente a violência simbólica, expressa no poder “de uma ordem dominada por forças enfeitadas de razão”, conforme Bourdieu (2001), como aquelas que agiam através da propaganda necessidade de existência da titulação de terras para que o camponês pudesse ser reconhecido como proprietário legal das mesmas e a promessa de geração de empregos em uma época que a comunidade experienciava uma desaceleração econômica em virtude do deslocamento do eixo econômico provocado pela desativação da estrada de ferro Bahia Minas.

Em um momento posterior, marcado pelos descompassos entre as expectativas, promessas e realizações, conforme podemos perceber na fala da senhora Faustina apresentada anteriormente, integrantes daquela comunidade se organizaram de modo a “se servir mais da razão para se defender contra formas crescentemente racionalizadas de dominação” (Bourdieu, 2001, p 102), neste sentido, por exemplo, se apropriaram de todo um aparato constitucional fazendo uso da categoria “remanescentes de quilombos” que desde a aprovação do artigo 68 da Constituição Federal de 1988 havia assumido uma natureza jurídica e instituído desta maneira uma nova figura de direito.

Após o reconhecimento da comunidade como remanescente de quilombo, publicado no diário oficial da União em 19 de abril de 2005, a Aracruz Celulose, no intuito de dirimir uma de suas ações que visivelmente indicava violência para com um lugar de memória (NORA, 1993) de Helvécia, derrubou os eucaliptos que havia plantado ao redor do cemitério São Pedro, tal cemitério data do século XIX e apesar de estar desativado contém ruínas de túmulos de antepassados de moradores da comunidade,

Meu avô foi enterrado lá, minha avó foi enterrada lá... Minha família quae tudo foi enterrado lá, que nós morava na roça... botava o caixão numa vara de bambu, e botava no ombro, né? Um numa ponta, outro na outra. Levava para lá. (Entrevista concedida à autora por Dona Cocota em 14 out 2007)

A plantação de eucalipto impedia que as pessoas da comunidade pudessem visitar seus entes ali enterrados, pois chegar às ruínas do cemitério implicava andar por labirintos monocromáticos típicos daquela plantação. Importante destacar que desde o ano de 1989 aquele cemitério havia sido tombado pela lei orgânica do Município de Nova Viçosa – Bahia conforme o que está expresso no seu artigo 98, § 2, item VII, de 30 de dezembro de 1989. Apesar deste tombamento, que deveria indicar proteção, é curioso observar que o poder público não obstacularizou a plantação de eucalipto que sufocava aquele lugar.

Também é possível afirmar que em razão do reconhecimento do distrito como comunidade remanescente e também da necessidade da aquisição e/ou renovação do FSC, as empresas que atuam em Helvécia e, mais especialmente, a Aracruz Celulose, ressignificaram discursos e práticas, passando a desenvolver projetos de responsabilidade social. Entre estes projetos, realizou-se a reforma da escola municipal João Martins Peixoto, a criação da Associação Arte Helvécia, a instalação de um centro de informática e construção de uma biblioteca. Tais ações contribuíram para acirrar ainda mais as oposições internas em relação ao processo de construção da identidade quilombola e seus desdobramentos em relação a uma nova territorialização. Entendo-se aqui, território como espaço de relações, de domínio e de apropriação de poder.

Desta forma, estabeleceu-se em Helvécia, uma nova composição de forças, mas isso não implicou em apaziguamento ou harmonização entre os diferentes projetos ali coexistentes.

Pressões outras foram sendo feitas, pois se a comunidade tinha, como disse anteriormente, um repertório de ações utilizadas no seu cotidiano, também os defensores da eucaliptocultura o tinham no sentido de apresentar o projeto do agronegócio como sendo o que de melhor poderia ocorrer para a comunidade de Helvécia.

Algumas considerações

É possível afirmar que a questão da propriedade e posse da terra esteve sempre no cerne das relações entre a comunidade de Helvécia e os representantes das empresas de eucalipto.

A implantação de uma atividade econômica monocultora e agroexportadora se relaciona e/ou se fricciona com os costumes existentes naquilo que diz respeito não só ao universo do trabalho, mas também àquilo que é experienciado pelas pessoas nos seus mais variados espaços de atuação.

O processo de reconhecimento de Helvécia como área remanescente quilombola estava inserido nas estratégias de grupos organizados daquela comunidade, de resistência e negociação nas relações com “as firmas”. Neste não houve/há consenso. Pertencer a Helvécia não significava necessariamente se reconhecer como identidade quilombola, e este não-reconhecimento não implicava um pertencimento menor do ponto de vista daquele que não se identificava.

O reconhecimento de Helvécia como área remanescente não significou o fim das tensões existentes naquele distrito. Após o mesmo, novos elementos passaram a perpassar o cotidiano daquela comunidade de modo a deixar ver a existência dos diferentes projetos de vida que ali coexistem. Ainda neste sentido, a pesquisa revelou a influência da chegada do estranho, o agronegócio, potencializando o surgimento de estranhamentos outros entre os membros da própria comunidade.

Referências

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

GOMES, Liliane Maria Fernandes Cordeiro. *HELVÊCIA – homens, mulheres e eucaliptos (1980-2005)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Regional e Local da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), campus V, Santo Antônio de Jesus – Bahia, 2009.

MARTINS, José de Souza. *A chegada do estranho*. São Paulo: HUCITEC, 1991.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Revistas do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História*. PUC-SP, nº 10, dez, 1993.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992.

SCOTT, James C. Formas cotidianas da resistência camponesa. *Revista de Ciências Sociais e Econômicas*. Universidade Federal de Campina Grande, Programa de Pós-graduação em Sociologia, vol 1, nº 1, jul./dez., 1982.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ZUMTHOR, Paul. *Performance, recepção, leitura*. Trad. Jerusa Pires Ferreira, Suely Fenerich. São Paulo: EDUC, 2000.

Arquivos

Arquivo do Jornal *A Tarde*, Salvador, Bahia

Fundação Cultural Palmares

Fontes impressas

Jornal *A Tarde* – Salvador (BA)

Lei orgânica de Nova Viçosa, Câmara Municipal de Nova Viçosa, Nova Viçosa (BA)

Material de divulgação da Associação Arte Helvécia, Helvécia (BA)

Reconhecimento da Comunidade Negra Rural de Helvécia, Nova Viçosa/BA, Fundação Cultural Palmares.

Fontes orais

Faustina Zacarias Carvalho – Entrevista feita em 14 ago 2007

Manoel Assis Peixoto – Entrevista feita em 14 ago 2007

Manoel Norberto Henrique de Sena – Entrevista feita em 14 out 2007

Maria Conceição (dona Cocota) – Entrevista feita em 15 ago 2007

Regina Constantino – Entrevista feita em 15 ago 2007

Roseli Constantino – Entrevista feita em 15 ago 2007

Outras fontes

www2.camara.gov.br/comissoes/cmads/notastaq/nt18102005.pdf

http://www.aracruz.com.br/show_arz.do?act=stcNews&menu=true&id=12&lastRoot=8&lang=1, Quem somos, último acesso em fevereiro de 2008.

http://www.suzano.com.br/suzano/responsabilidade_social/balanco_social.pdf